

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
COMARCA DE RUSSAS/CE.**

AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT

FRANCISCA MAYARA OLIVEIRA NASCIMENTO, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 070.069.213-41, portadora de RG de nº 2008.267.345-9 SSP/MA, não possuidora de endereço eletrônico, residente e domiciliada na Tr Antônio Gomes de Oliveira, nº 0132, Pitombeira 02, Russas/CE, vem respeitosamente perante V. Exa., por meio de seu advogado em fine assinado, qualificado no instrumento procuratório anexo, propor a presente **AÇÃO DE COBRANÇA (SEGURO DPVAT) contra a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, empresa gestora dos Seguros DPVAT, inscrita no CNPJ sob o nº: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP nº 20.031-205, onde poderá ser citada, pelos fatos a seguir expostos:

PRELIMINARMENTE

Requer os benefícios da Justiça Gratuita com apoio no Art. 5º LXXIV da Constituição Federal e Lei nº 1.060/50 combinada com a Lei nº 7.115/83, por não ter condições financeiras de arcar com às custas e despesas processuais sem prejuízo de seu sustento próprio e de sua família.

DOS FATOS

A autora sofreu acidente de trânsito no dia **11/03/2017**, conforme consta no registro do Boletim de Ocorrência Policial nº 17022809B01, anexo.

Em decorrência desse acidente teve várias escoriações pelo corpo e foi socorrida para UPA por um morador do local, desconhecido da vítima, sendo devidamente atestada a necessidade de repouso prolongado, encontrando-se incapacitada temporariamente para o

trabalho, conforme descreve o Prontuário, Atestado ou Laudo Médico em anexo.

Exa., a requerente resolveu entrar com um processo administrativo, e mesmo a seguradora requerida reconhecendo a invalidez da requente, resolveu pagar valor de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), um valor muito abaixo ao determinado na Lei nº 6.194/74 (Lei do Seguro Obrigatório – DPVAT), em seu Art. 3º, com nova redação dada pela Lei 11.945/08.

Assim, em se constatando, que as sequelas ocorreram em decorrência de acidente de trânsito, tem a parte autora o direito ao recebimento da indenização, no valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), tudo acrescido de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso.

DA PERÍCIA ADMINISTRATIVA

Nas pericias administrativas realizadas pela seguradora, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando, sempre as vítimas do sinistro.

O valor administrativamente recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução funcional do membro supra mencionado corresponde a o valor do teto correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme tabela DPVAT, segundo prontuário médicos acostado em anexo.

No caso específico dos autos, o laudo pericial a ser produzido por médico designado por Vossa Excelência, a partir dos documentos médicos apresentados pelo requerente em anexo à petição inicial, será esclarecedor em sua conclusão, o qual se mostrará coerente e suficiente a formação do vosso convencimento.

Portanto a realização de perícia médica, se faz necessária, tendo em vista a necessidade de se comprovar o grau de debilidade instalada na autora.

DO DIREITO

A demanda ora posta à apreciação do Poder Judiciário há muito se encontra pacificada, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

A pretensão autoral encontra-se amparada pela Lei nº 6.194/74 (Lei do Seguro Obrigatório – DPVAT), em seu Art. 3º, com nova redação dada pela Lei 11.945/08, que garante o pagamento de seguro obrigatório àquelas pessoas que venham a ficar com debilidade permanente, em decorrência de acidente automobilístico.

Assim, a lei do seguro obrigatório estipula, no caso de invalidez permanente, o direito ao recebimento pelo acidentado a um valor indenizatório de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), notadamente quando a invalidez ou debilidade for permanente, senão vejamos:

Art. 3º: Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente

Neste sentido, quanto a correção monetária a jurisprudência pátria é farta:

**APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT.
GRADUAÇÃO. MP 451/2008. LEI
11.945/2009. GRADUAÇÃO
OBRIGATÓRIA. CORREÇÃO
MONETÁRIA. ALTERAÇÃO.**

O seguro obrigatório foi criado para indenizar as vítimas de seqüelas permanentes ocasionadas em acidente de trânsito.

Configurada a invalidez permanente da vítima, decorrente de acidente de trânsito ocorrido após a edição da MP 451/2008,

posteriormente convertida na Lei nº 11.945/2009, se faz necessária a graduação da lesão para fins de quantificação da indenização.

Correção monetária devida desde a data do sinistro, pois este foi o momento em que o risco foi implementado, sendo este o marco adequado à recomposição do valor da moeda.

Portanto, tem a autora o direito ao recebimento da indenização, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso.

DA NÃO OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO

No caso em apreço, não há como admitir a ocorrência da prescrição, uma vez que, o acidente ocorreu no dia **11/03/2017**, não ocorrendo assim a prescrição descrita no inciso IX, do parágrafo 3º do Art. 206 do Código Civil, que é de três anos, e como ainda não se passou esse período, o presente caso não está prescrito.

Então, não há como alegar-se neste caso a ocorrência da prescrição, pela aplicação do Art. 206, §3º, inciso IX, do Código Civil vigente.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, e com fulcro na CF/88 e na legislação de regência, bem como nos princípios gerais do direito, requer a V. Exa. o seguinte:

a) A citação da empresa ré no endereço mencionado para, querendo, responder à presente por ocasião da audiência de conciliação/instrução a ser designada por esse juízo.

b) Em caso de negativa de conciliação, requer o julgamento antecipado da lide, ante a desnecessidade de produção de prova em audiência (Art. 355, inciso I, do NCPC).

c) Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial,

tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;

d) A condenação da ré ao pagamento da indenização (seguro DPVAT) no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso, sendo descontado o valor de R\$ R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), já pagos anteriormente no processo administrativo;

e) A concessão dos benefícios da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, nos termos da Lei 1.060/50, por não ter a autora, condições de arcar com eventuais custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família;

f) A realização de perícia médica, se assim entender necessário, com a finalidade de comprovar o grau de debilidade presente instalada na autora.

Protesta provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, inclusive através do depoimento autoral e de testemunhas, que comparecerão a Audiência independente de intimação.

Dá-se a causa o valor de R\$ 10.125, (dez mil cento e vinte e cinco reais).

Nestes Termos, Espera Deferimento.

Russas/CE, 20 de Agosto de 2019.

CARLOS EDUARDO CELEDÔNIO
OAB/CE – 18.628

WERUSKA WASNY DA SILVA CELEDÔNIO
OAB/CE – 36.522

CARLOS HENRIQUE BARRETO CELEDÔNIO
ESTAGIÁRIO



FRANCISCA MAYARA OLIVEIRA NASCI-
MENTO, BRASILEIRA, CPF: 070.069.213-41, RESI-
DENTE E DOMICILIADA NA TR. ANTONIO GOMES
DE OLIVEIRA, N: 0132, PITOMBEIRA 02, RUSSAS/CE.

_____; pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, o Dr. CARLOS EDUARDO CELEDÔNIO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o número 18.628, com escritório profissional na Rua Cândido Olímpio G. de Freitas, 1058, Centro, Limoeiro do Norte/CE; a quem confere amplos poderes, com a cláusula Ad-Judícia, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, ou Procedimento Administrativo, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defende-lo (a) nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda poderes especiais para confessar, desistir, renunciar direitos, transigir, firmar compromisso ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, sempre no interesse do outorgado.

Limoeiro do Norte/CE, 09 de AGOSTO de 2019.

Francisca Mayara Oliveira Nascimento
Requerente

REGISTRO GERAL 2008267345 - 9 **DATA DE EMISSÃO** 19/07/2012

NOME FRANCISCA MAYARA OLIVEIRA NASCIMENTO

FILIAÇÃO JOSÉ EDUARDO DO NASCIMENTO
ANA REJANE OLIVEIRA NASCIMENTO

NATURALIDADE RUSSAS - CE **DATA DE NASCIMENTO** 07/02/1994

DOC. ORIGIN CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: 1 OFÍCIO TERMO: 19.198 FOLHA: 88
LIVRO: A 18 JAGUARUAMA - CE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA DEFESA SOCIAL, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL, CULTURA E ESPORTE
COORDENADORIA DE REGISTRO CIVIL, TÁBUAS E TÍTULOS

Carteira de Identidade

FRANCISCA MAYARA OLIVEIRA NASCIMENTO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número 070.069.213-41

Nome FRANCISCA MAYARA OLIVEIRA NASCIMENTO

Nascimento 07/02/1994

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

Cagece **GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ** **Secretaria da Saúde**

098.120818

ROGERIO CRIGORIO PEDRO

TR ANTONIO GONES DE OLIVEIRA, 0132, P. TOMBEIRA 02

RUSSAS **CE - 60000-000**

CPF 000.000.000-00

RG 000.000.000-00

DATA 10.12.2016 **EXPIRACAO** 10.12.2017 **VALIDADE** 01/01/2018

QUALIDADE DA ÁGUA

Constatamos débito de R\$ 61,64. Caso pago, desconsiderar.

RELATÓRIO DA QUALIDADE DA ÁGUA VEA NO SITE CAGECE

DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR
19.06	21.17	DEC-10	5	0	0
21.17	0.01	JAN-11	1	0	0
0.72	0.72	FEV-11	2	0	0
		MAR-11	1	0	0
		ABR-11	1	0	0
		MAY-11	1	0	0

DECLARAÇÃO

FRANCISCA MAYARA OLIVEIRA
NASCIMENTO, BRASILEIRA, CPF: 070.069.213-41,
RESIDENTE E DOMICILIADA NA TR. ANTONIO GOMES
DE OLIVEIRA, N: 0132, PITOMBEIRA 02, RUSSAS/CE.

_____,
declaro perante à Justiça desta comarca, que sou pobre na
forma da Lei e que não posso pagar as custas processuais.

Limoeiro do Norte/CE, 09 de AGOSTO de 2019.

Francisca Mayara Oliveira Nascimento
Requerente



HOSPITAL E CASA DE SAUDE DE RUSSAS
Dr. José Ramalho, 1436 - Centro
Russas / Ceará



11/03/2017 17:07:17	1700189712	GUIA DE: () ATENDIMENTO (X) OBSERVAÇÃO	- DIURNO - 72
Paciente: 00028553 - FRANCISCA MAIARA DE OLIVEIRA NASCIMENTO	DN: 07/02/1994 - 23 A 1 M 4 D	Sexo: F - Est. Civil: Casado(a)	
Raça/Cor: Parda -	CPF:	Ocupação: AGRICULTOR	
Endereço: SÍTIO - PITOMBEIRA II - 00 - ZONA RURAL - RUSSAS - CE	CEP: 62.900-000	Nat.: JAGUARUANA - CE	
Contato: (88) 99732-9162	Mãe: ANA REGIANE OLIVEIRA NASCIMENTO	Pai: JOSE EDIMAR DO NASCIMENTO	
Convênio: SUS	Carteira:	Validade:	
Autorização:	Sisprenatal:	CNS:	Caráter Atend.: URGÊNCIA
Motivo: URGENCIA / EMER	Especialidade: CLINICA MEDICA	Profiss. Atend.: NILSON	Setor: EMERGENCIA
OUTRAS ANOTAÇÕES (Enfermagem)			
Peso _____ KG.	Temp.: _____ °C.	Pressão: 110x60 mmHg.	D X.: 14400021126
Classificação de Risco: <input type="checkbox"/> VERMELHO	<input type="checkbox"/> LARAN. A	<input type="checkbox"/> AMARELO	<input type="checkbox"/> VERDE <input type="checkbox"/> AZUL

ANAMNESE E EXAME FÍSICO

*From Chicago Nov
Brooks Chicago N.Y.
Front:*

Figures (1) & (2) p. 15

HIPÓTESE DIAGNÓSTICO

over now [Kings to 1st 2]

SADT - EXAMES COMPLEMENTARES

☐ RAIO-X ☐ ULTRASSOM ☐ TC ☐ SANGUE ☐ URINA ☐ ECG ☐ OUTROS:

PRESCRIÇÃO

APRAZAMENTO

EVOLUÇÃO

[illegible]

CONDOTTA:

☐ ALTA POR DECISÃO MÉDICA ☐ AMBULATÓRIO ☐ ALTA A PEDIDO
☐ OBSERVAÇÃO (Até 24 Horas) ☐ ALTA A REVELIA ☐ INTERNAÇÃO
☒ TRANSFERÊNCIA PARA UF DATA E HORA DA SAÍDA/ALTA: 12.03.17 05:15

ÓBITO

Antes do 1º Atendimento? () SIM () NÃO Destino: () Família () IML () Anatomia Patológica

1. $\log_2 16$ and $\log_2 8$ nicht

Assinatura do Paciente ou Responsável

Carimbo e Assinatura do Médico

Atendimento registrado por: **RAFAEL**

EX-4912017



HOSPITAL E CASA DE SAUDE DE RUSSAS
Dr. Jose Ramalho, 1435 - Centro
Russas / Ceará



1790197626 01/05/2017 12:05:45 **GUIA DE ADMISSÃO** () **GUIA DE ATENDIMENTO** () **TRAUMA/CIRURGICO-01 001.002**

Paciente: **00028553 - FRANCISCA MAYARA OLIVEIRA NASCIMENTO** Nascimento: **07/02/1994** Id: **23 A 2 M 22 D** **898001920726154** **CNS** **1377**

Documento: **Identidade - 20082673459 - SSP CE - 19/07/2012** F **Casado(a)** **Parda** **Caderneta** **AGRICULTOR**

Endereço: **SITIO - CAPECE - 00 - ZONA RURAL - RUSSAS - CE** **CEP** **62.900-000** **PROX IGREJA**

Naturalidade: **JAGUARUANA - CE** **Contatos** **(88) 99732-9162**

Mãe: **ANA REGIANE OLIVEIRA NASCIMENTO** **Nome** **Jose Edimar do Nascimento** **Validade** **Autenticação**

Pessoa - Convênio: **SUS - SUS** **Carência de Atendimento** **Prescritor(a)** **Especialidade** **TRAUMA/ORTOPEDIA** **Profissional Solicitante** **ANTONIO VALTERNO NOGUEIRA P**

Urgência: **CPD Prioridade** **Procedimento Solicitado**

ANOTAÇÕES GERAIS

Requer () Exames Laboratoriais () RX () Ultrassonografia () Testes () Radiografia ()

Convênio Autorizado Até () Principado Até ()

Outros () Especificar ()

Data da Saúde **02/05/17** Motivo () Acusado () A pedido () Exatidão () Transfusão ()

DIAGNOSTICO PROVISÓRIO

Intex de p1 R

DIAGNOSTICO DEFINITIVO

OPERAÇÃO

Retirar de p1 R

PRINCIPAL

SECUNDARIA

HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL E EXAME FÍSICO

Intex de p1 R

Medico Responsável

Diretor Responsável

Fra Mayara Oliveira Nascimento
Paciente ou Responsável



HCSA
HOSPITAL E CASA DE SAÚDE DE RUSSAS

Uma História Cuidando de Vidas

**SANTAS
CASAS
UNIDAS**

BOLETIM DE OPERAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE:

NOME: Francisca Mariana Oliveira Nascimento

DATA: 05/05/2017

LEITO: 15-3

DIAGNOSTICO CLÍNICO:

DIAGNOSTICO CIRÚRGICO:

CONDIÇÕES DO PACIENTE

TEMPO	PULSO	RESP.	P.A.	GERAIS

ANESTESIA:

Local + Sedação

OPERAÇÃO:

Retirada de fcs

CLASSIFICAÇÃO:

INÍCIO: 18:15h FIM: 18:30h

ACHADOS (DESCREVER OS ÓRGÃOS EXPLORADOS E REGISTRE OS OS ACHADOS PATOLÓGICOS)

CONTAGEM COMPRESSAS:

Operador

Auxiliar

Anestesista

HOSPITAL E CASA DE SAÚDE DE RUSSAS - RUA DR. JOSE RAMALHO Nº 1436, RUSSAS-CE CNPJ: 07.770.001/0001-64 Tel.: (088) 3411-0147 / Telefax (088) 3411-6811



HCSR
HOSPITAL E CASA DE SAÚDE DE RUSSAS

Uma História Cuidando de Vidas

**SANTAS
CASAS
UNIDAS**

FICHA DE EVOLUÇÃO DO PACIENTE

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE:

NOME: Francisca Margara Oliveira Nascimento

DIAGNÓSTICO DO PACIENTE:

DATA

HORÁRIO

EVOLUÇÃO

24/09/14

Alto pulso
em ritmo

Assinatura
do Médico
24/09/14

25/09/14

Alto pulso

07.770 10001-8.7

RUSSAS



HCSR
HOSPITAL E CASA DE SAÚDE DE RUSSAS

Uma História Cuidando de Vidas

**SANTAS
CASAS
UNIDAS**

RESUMO DE ALTA

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE:

NOME: FRANCISCA ALMEIDA O NASCIMENTO
ENFERMARIA: 15 LEITO: 3 PRONTUÁRIO: _____

RESUMO CLÍNICO:

[Handwritten notes and signature]

EXAMES REALIZADOS E RESULTADOS:

[Handwritten notes and signature]

PROCEDIMENTO REALIZADO:

TERAPÊUTICA UTILIZADA:

[Handwritten notes]

ADMISSÃO: 01/03/17 ALTA: 02/05/17 DIAS INTERN.: 1 / 1

CONDIÇÕES DE ALTA:

MOTIVO: CURADO () , MELHORADO () , APEDIDO () , EVASÃO () , TRANSFERIDO () , ÓBITO ()
INALTERADO () , ADMINISTRATIVO ()

ENCAMINHANDO AO LABORATÓRIO:

DIAGNÓSTICO FINAL:

OBSERVAÇÕES:

[Handwritten signature]
MÉDICO RESPONSÁVEL



INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA

**Registro de Atendimento
Emergencial**



Emitido em: 31/05/2017 10:54:36

Por JOSE URBANO DA MOTA COELHO

REGISTRO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL						DATA/HORA: 12/03/2017 07:18:22	
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE							
CNS: 704109267709980	NOME: FRANCISCA MAYARA OLIVEIRA NASCIMENTO				Registro: 5498730		
CPF: 07008921341	RG:	D. NASC: 07/02/1994	ESTADO CIVIL:	SEXO: F	RAÇA/COR: Branca		
NOME DA MÃE: ANA REJANE OLIVEIRA NASCIMENTO				NOME DO PAI: JOSE EDMAR DO NASCIMENTO			
TIPO DE LOGRADOURO: Rodovia		ENDEREÇO DO PACIENTE: BR		Nº: 514	BAIRRO: PITOMBEIRA DOIS		
COMPLEMENTO:	TELEFONE CONTATO:		MUNICÍPIO: RUSSAS	UF: CE	CEP: 62900003		
IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL							
NOME: Maria Rejane de Castro		PARENTESCO: cunhada			TELEFONE:		
ACIDENTE DE TRABALHO							
TIPO DE VÍNCULO:	CBO DO EMPREGADO:		CNPJ DO EMPREGADOR:		CÓDIGO DO CNAER:		
ACOLHIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO							
MOTIVO DE ATENDIMENTO: Acidente com motociclista. Acidente de trânsito sem colisão. Local: acostamento, queda ou projeção de uma motociclista.							
QUEIXAS: Vítima de colisão moto e moto há 12 horas evolui com escoriações e lesão em face. Nega síncope. Orientada. Trauma sangrento em pé E.							
OBSERVAÇÕES:							
SINAIS VITAIS							
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Área Pública		Escala de Dor: Moderado		PRIORIDADE DE ATENDIMENTO: AMARELO			
ESPECIALIDADE DO ATENDIMENTO:							
ATENDIMENTO MÉDICO							
Anamnese:							
Exame Físico:							
Condição:							
<div style="text-align: center;"> SERVIÇO DE PROTOCOLO - WP RAE TIRADA PELO SISTEMA E-SUS DATA: 31/05/2017 MATRICULA: 13846 SERVIDOR(A): </div>							
TEMPO NECESSÁRIO PARA OBSERVAÇÃO:							
EXAMES COMPLEMENTARES SOLICITADOS:							
ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE:							
DATA E HORA DO ATENDIMENTO:							
TIMBRE E ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA:							



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



PROTOCOLO:
17022809B01

STATUS:
Encerrado

INFORMAÇÕES GERAIS

POLICIAL/MATRÍCULA: REGINO SANTIAGO MESQUITA/1515269 DATA/HORA: 11/03/2017 16:20

Na Rodovia

MUNICÍPIO/UF:
RUSSAS/CE

BR: 116 KM: 158.9 SENTIDO: Crescente

DESCRIPTIVO DO LOCAL:

ASPECTOS DO LOCAL E DO ATENDIMENTO

FASE DO DIA: Pleno dia	CONDIÇÃO METEOROLÓGICA: Nublado	
TIPO DE VIA: Principal	TIPO DE PISTA: Simples	CONDIÇÃO DE PISTA: Seca
TIPO DE PAVIMENTO: Asfalto	ESTRUTURA VIÁRIA: Reta	
LOCALIDADE URBANIZADA: Sim	EXISTÊNCIA DE ACOSTAMENTO: Sim	EXISTÊNCIA DE CANTEIRO CENTRAL: Não

IMAGEM DO LOCAL DO ACIDENTE:

Sem Imagem

IMAGEM DE DESCRIÇÃO DO LOCAL:



AUXÍLIO DE OUTRO ÓRGÃO:

SAMU

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO AUXÍLIO:

Samu de Russas

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ACIDENTE:

Acidente envolvendo viatura motocicleta da Polícia Militar do Ceará.



IMAGEM DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:



VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.pr.f.gov.br/novobat/autenticar

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 11/03/2017 18:12 NÚMERO DE CONTROLE: 065CC7A6964CFBA9BC54916A04037C

Página 1 de 11



	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO		PROTOCOLO: 17022809B01
			STATUS: Encerrado

INFORMAÇÕES GERAIS

POLICIAL/MATRÍCULA:		DATA/HORA:
REGINO SANTIAGO MESQUITA/1515269		11/03/2017 16:20
Na Rodovia		
MUNICÍPIO/UF:		
RUSSAS/CE		
BR:	KM:	SENTIDO:
116	158.9	Crescente
DESCRIPTIVO DO LOCAL:		

ASPECTOS DO LOCAL E DO ATENDIMENTO

FASE DO DIA:	CONDIÇÃO METEOROLÓGICA:	
Pleno dia	Nublado	
TIPO DE VIA:	TIPO DE PISTA:	CONDIÇÃO DE PISTA:
Principal	Simplex	Seca
TIPO DE PAVIMENTO:	ESTRUTURA VIÁRIA:	
Asfalto	Reta	
LOCALIDADE URBANIZADA:	EXISTÊNCIA DE ACOSTAMENTO:	EXISTÊNCIA DE CANTEIRO CENTRAL:
Sim	Sim	Não

IMAGEM DO LOCAL DO ACIDENTE: 	IMAGEM DE DESCRIÇÃO DO LOCAL: 
---	---

AUXÍLIO DE OUTRO ÓRGÃO:
SAMU

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO AUXÍLIO:
--



Samu de Russas

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ACIDENTE:

Acidente envolvendo viatura motocicleta da Polícia Militar do Ceará.
--

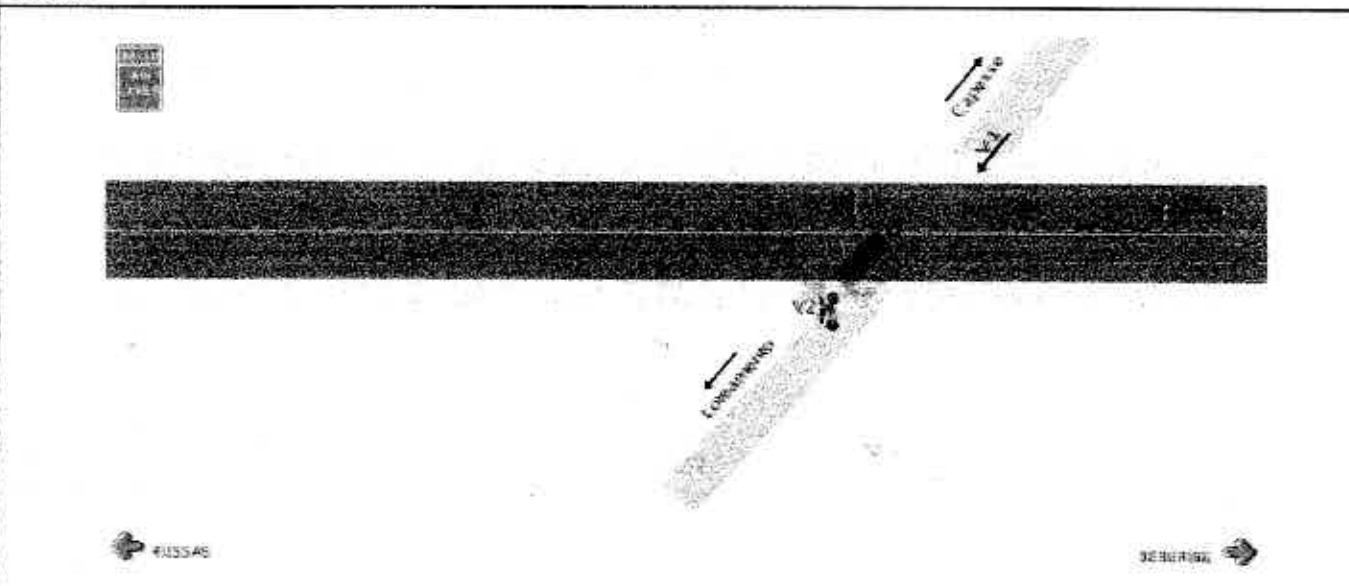
IMAGEM DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:





 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO		PROTOCOLO: 17022809B01
		STATUS: Encerrado




DINÂMICA**Eventos Sucessivos**

Ordem	Tipo de Evento	Veículos Envolvidos
1	Colisão transversal	

Croqui**Narrativa**

No dia 11/03/2017, às 16h25min, a equipe PRF foi acionada para atender um acidente ocorrido na BR 116, km 158.9, no município Russas/UF. Chegando ao local, às 16h35min, encontrou-se os veículos e as vítimas em sua posição de repouso. O acidente, uma colisão transversal, envolveu o veículo V1 HONDA/C11 BIZ ES de placa HXM-7819, e o veículo V2 YAMAHA/XT 660R de placa PMD-0583. O V2 seguia o fluxo normal crescente da via, deslocando-se sentido BEBERIBE/UF x RUSSAS/UF, quando colidiu transversalmente com V1, o qual tentava cruzar a via, saindo de uma estrada carroçável vinda do assentamento Capessé.

	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO		PROTOCOLO: 17022809B01
			STATUS: Encerrado


VEÍCULOS			
SEQUENCIAL: V1	PLACA: HXM7819	MARCA/MODELO: HONDA/C100 BIZ ES	ANO FABRICAÇÃO: 2001
SITUAÇÃO: Tracionador		TIPO DE VEÍCULO: Motoneta	
CHASSI: 9C2HA07101R244330	RENAVAM: 00773238131	PAÍS: BRASIL	
ESPECIE: Passageiro	CATEGORIA: Particular	MANOBRA NO MOMENTO DO ACIDENTE: Cruzando a pista	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:			
NOME DO PROPRIETÁRIO: ROGERIO GRIGORIO PEDRO		CPF/CNPJ: 601.189.823-89	
Dados de Endereço			
LOGRADOURO: SITIO PITOMBEIRA II			NUMERO: 00000
COMPLEMENTO:			BAIRRO:
MUNICÍPIO/UF: RUSSAS/CE			
TELEFONE:		EMAIL:	
Dados da Carga			
DESCRIÇÃO E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:			
IMAGEM DE PRODUTO PERIGOSO:		IMAGEM DE CRONOTACOGRAFO:	
			
IMAGEM DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:			
			

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 11/03/2017 18:12

NÚMERO DE CONTROLE: 065CC7A8964CFBA9BC54916A54037C

Página 3 de 11



	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO		PROTOCOLO: 17022809B01
			STATUS: Encerrado



VEÍCULOS			
SEQUENCIAL: V2	PLACA: PMD0583	MARCA/MODELO: YAMAHA/XT 660R	ANO FABRICAÇÃO: 2015
SITUAÇÃO: Tracionador		TIPO DE VEÍCULO: Motocicleta	
CHASSI: 9C6KM0030G0026180	RENAVAM: 01087028482	PAÍS: BRASIL	
ESPECIE: Passageiro	CATEGORIA: Oficial	MANOBRA NO MOMENTO DO ACIDENTE: Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:			
NOME DO PROPRIETÁRIO: CE GOV POLICIA M DO CEARA		CPF/CNPJ: 01.790.944/0001-72	
Dados de Endereço			
LOGRADOURO: AV AGUANAMBI			NÚMERO: 00000
COMPLEMENTO:			BAIRRO:
MUNICÍPIO/UF: FORTALEZA/CE			
TELEFONE:		EMAIL:	
Dados da Carga			
DESCRIÇÃO E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:			
IMAGEM DE PRODUTO PERIGOSO:		IMAGEM DE CRONOTACÓGRAFO:	
Sem Imagem		Sem Imagem	
IMAGEM DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:			
Sem Imagem			

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 11/03/2017 18:12

NÚMERO DE CONTROLE: 065CC7A6964CFBA9BC54916A04037C



	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO		PROTOCOLO: 17022809B01
			STATUS: Encerrado

PESSOAS			
SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO:		ENVOLVIMENTO:	
V1 / HXM7819 / HONDA/C100 BIZ ES		Condutor	
NOME:		CPF:	DATA DE NASCIMENTO:
FRANCISCA MAYARA OLIVEIRA NASCIMENTO			07/02/1994
Nº DE IDENTIFICAÇÃO:		ÓRGÃO EXPEDIDOR:	SEXO:
2008267345-9		SSP-CE	Feminino
ESTADO CIVIL:		NOME DA MÃE:	
		ANA REJANE OLIVEIRA NASCIMENTO	
Dados de Endereço			
LOGRADOURO:			NÚMERO:
TR. JOSÉ RODRIGUES			922
COMPLEMENTO:			BAIRRO:
			PLANALTO DA BELA VISTA
MUNICÍPIO/UF:			
RUSSAS/CE			
TELEFONE:		EMAIL:	
Circunstâncias			
ESTADO FÍSICO:		USAVA CINTO DE SEGURANÇA:	
Lesões Leves		NÃO APLICÁVEL	
USAVA CAPACETE:		USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS:	
Sim		NÃO APLICÁVEL	
ETILÔMETRO DISPONÍVEL:		RESULTADO DO TESTE:	RECUSOU-SE A REALIZAR O TESTE:
Sim			Não
DESCRIÇÃO DA INDISPONIBILIDADE:			
VISÍVEIS SINAIS DE EMBRIAGUEZ:		SINAIS DE USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS:	
Não		Não	
Encaminhamento			
MOTIVO:		TIPO DE RECEPTOR:	
Socorro médico		SAMU	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ENCAMINHAMENTO:			
Vítima socorrida com lesões leves			
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA:			
IMAGEM DE INFORMAÇÃO COMPLEMENTARES:		IMAGEM DE DECLARAÇÃO:	
			

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 11/03/2017 18:12


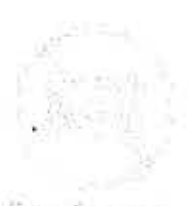
NÚMERO DE CONTROLE: 065CC7A6964CFBA98C54916A04037C

	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO		PROTOCOLO: 17022809B01
			STATUS: Encerrado

PESSOAS

SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO:		ENVOLVIMENTO:	
V1 / HXM7819 / HONDA/C100 BIZ ES		Passageiro	
NOME:		CPF:	DATA DE NASCIMENTO:
NICÁSSIA LIMA DE OLIVEIRA		073.958.533-93	24/11/1995
Nº DE IDENTIFICAÇÃO:		ÓRGÃO EXPEDIDOR:	SEXO:
			Feminino
ESTADO CIVIL:		NOME DA MÃE:	
		ANA CRISTINA DA SILVA LIMA	
Dados de Endereço			
LOGRADOURO:		NÚMERO:	
AV. JOAQUIM DE SOUSA BARRETO		SN	
COMPLEMENTO:		BAIRRO:	
		TABULEIRO DO CATAVENTO	
MUNICÍPIO/UF:			
RUSSAS/CE			
TELEFONE:	EMAIL:		
Circunstâncias			
ESTADO FÍSICO:		USAVA CINTO DE SEGURANÇA:	
Lesões Leves		NÃO APLICÁVEL	
USAVA CAPACETE:		USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS:	
Sim		NÃO APLICÁVEL	



Encaminhamento

MOTIVO:		TIPO DE RECEPTOR:
Socorro médico		SAMU
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ENCAMINHAMENTO		
VÍTIMA SOCORRIDA COM FERIMENTOS LEVES		
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA:		
IMAGEM DE INFORMAÇÃO COMPLEMENTARES:		IMAGEM DE DECLARAÇÃO:
		

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 11/03/2017 18:12



NÚMERO DE CONTROLE: 065CC7A6964CFBA9BC54916A04037C

 <p align="center">MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO</p>		PROTOCOLO: 17022809B01
		STATUS: Encerrado

PESSOAS

SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO: V1 / HXM7819 / HONDA/C100 BIZ ES		ENVOLVIMENTO: Passageiro
NOME: CALEB WILLIAM DE CASTRO OLIVEIRA	CPF:	DATA DE NASCIMENTO: 13/09/2014
Nº DE IDENTIFICAÇÃO: CRIANÇA SEM DOCUMENT	ÓRGÃO EXPEDIDOR: CRIANÇA SEM	SEXO: Masculino
ESTADO CIVIL:	NOME DA MÃE: MARIA ALINE DE CASTRO SILVA	
Dados de Endereço		
LOGRADOURO: SÍTIO LAGOINHA	NÚMERO: SN	
COMPLEMENTO: ZONA RURAL	BAIRRO: LAGOINHA	
MUNICÍPIO/UF: RUSSAS/CE		
TELEFONE:	EMAIL:	
Circunstâncias		
ESTADO FÍSICO: Lesões Leves	USAVA CINTO DE SEGURANÇA: NÃO APLICÁVEL	
USAVA CAPACETE Não	USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS: NÃO APLICÁVEL	


Encaminhamento



MOTIVO: Socorro médico	TIPO DE RECEPTOR: SAMU
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ENCAMINHAMENTO: VÍTIMA SOCORRIDA COM LESÕES LEVES	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA:	
IMAGEM DE INFORMAÇÃO COMPLEMENTARES: 	IMAGEM DE DECLARAÇÃO: 

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA Ocorrência: 11/03/2017 18:12

NÚMERO DE CONTROLE: 065CC7A6964CFBA9BC54916A04037C



 <p align="center">MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO</p>		PROTOCOLO: 17022809B01
		STATUS: Encerrado

PESSOAS		
SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO: V2 / PMD0583 / YAMAHA/XT 660R		ENVOLVIMENTO: Condutor
NOME MARCELO ARANHA DE LEMOS	CPF: 022.875.543-35	DATA DE NASCIMENTO: 10/10/1987
Nº DE IDENTIFICAÇÃO:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	SEXO: Masculino
ESTADO CIVIL:	NOME DA MÃE: SILVANA CLAUDIA VERAS ARANHA	
Dados de Endereço		
LOGRADOURO: RUA 12		NÚMERO: 06
COMPLEMENTO: LT CAIXA POSTAL 66	BAIRRO: PLANALTO BEBERIBE	
MUNICÍPIO/UF: BEBERIBE/CE		
TELEFONE:	EMAIL:	
Dados da Habilitação		
HABILITAÇÃO: Habilitação Nacional	PAÍS DA HABILITAÇÃO:	CATEGORIA: AB
MOTORISTA PROFISSIONAL: Não	Nº DO REGISTRO: 03855624524	UF: CE
DATA DA PRIMEIRA HABILITAÇÃO: 02/06/2006	VALIDADE DA CNH: 12/08/2021	
OBSERVAÇÕES DA CNH: 99		
Circunstâncias		
ESTADO FÍSICO: Ileso	USAVA CINTO DE SEGURANÇA: NÃO APLICÁVEL	
USAVA CAPACETE: Sim	USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS: NÃO APLICÁVEL	
ETILÔMETRO DISPONÍVEL: Sim	RESULTADO DO TESTE:	RECUSOU-SE A REALIZAR O TESTE: Não
DESCRIÇÃO DA INDISPONIBILIDADE:		
VISÍVEIS SINAIS DE EMBRIAGUEZ: Não	SINAIS DE USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: Não	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA:		
IMAGEM DE INFORMAÇÃO COMPLEMENTARES: 	IMAGEM DE DECLARAÇÃO: 	

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 11/03/2017 18:12

NÚMERO DE CONTROLE: 065CC7A6964CFBA9BC54916A04037C

 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO		PROTOCOLO: 17022809B01
		STATUS: Encerrado

AVALIAÇÃO DE DANOS



SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO: V1 / HXM7819 / HONDA/C100 BIZ ES		NÚMERO DO BAT: 17022809B01		
NOME/MATRÍCULA DO AGENTE REGINO SANTIAGO MESQUITA/1515269		DATA/HORA: 11/03/2017 16:20		
Item	Nome da Peça	Item danificado no acidente		
		SIM	NÃO	NA
1	Garfo dianteiro		X	
2	Mesa superior da suspensão dianteira		X	
3	Mesa inferior da suspensão dianteira		X	
4	Coluna de direção		X	
5	Chassi		X	
6	Garfo traseiro		X	
7	Eixo traseiro (triciclos)		X	
TOTAL GERAL (SIM + NA): 0		DIMENSÃO DA MONTA: Pequena		
FRENTE (V1)		TRASEIRA (V1)		

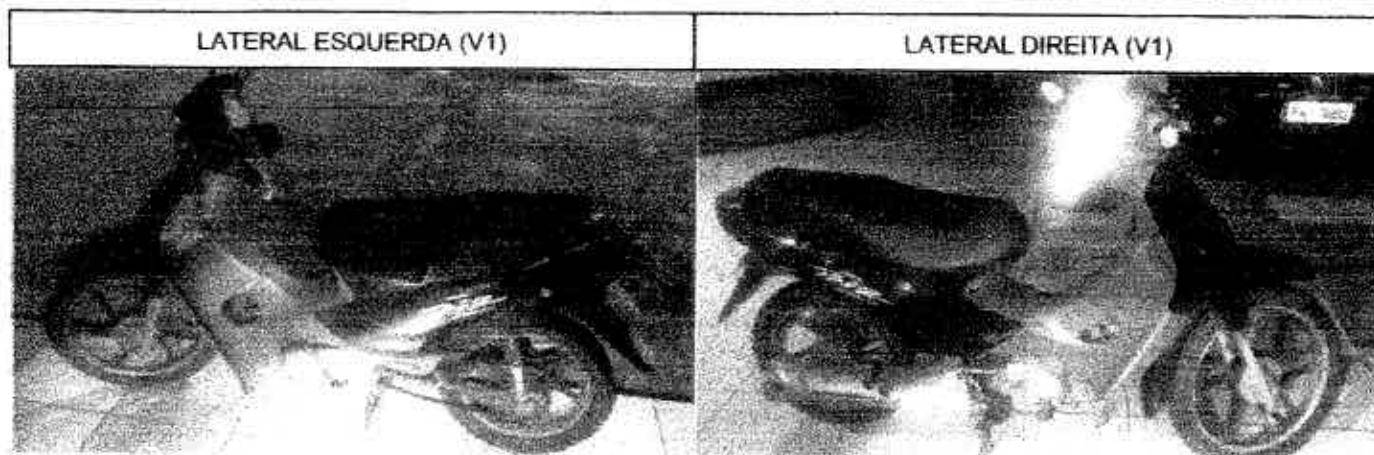


VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.pr.f.gov.br/novobat/autenticar

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 11/03/2017 18:12

NÚMERO DE CONTROLE: 065CC7A5964CFRA9BC54916A04037C

 <p align="center">MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO</p>		PROTOCOLO: 17022809B01
		STATUS: Encerrado





AValiação DE DANOS				
SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO: V2 / PMD0583 / YAMAHA/XT 660R			NÚMERO DO BAT. 17022809B01	
NOME/MATRÍCULA DO AGENTE: REGINO SANTIAGO MESQUITA/1515269			DATA/HORA: 11/03/2017 16:20	
Item	Nome da Peça	Item danificado no acidente		
		SIM	NÃO	NA
1	Garfo dianteiro		X	
2	Mesa superior da suspensão dianteira		X	
3	Mesa inferior da suspensão dianteira		X	
4	Coluna de direção		X	
5	Chassi		X	
6	Garfo traseiro		X	
7	Eixo traseiro (triciclos)		X	
TOTAL GERAL (SIM + NA): 0			DIMENSÃO DA MONTA: Pequena	

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 11/03/2017 18:12

NÚMERO DE CONTROLE: 065CC7A6964CFBA9BC54916A04037C

 <div style="text-align: center;"> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO </div>		PROTOCOLO: 17022809B01
		STATUS: Encerrado

FRENTE (V2)	TRASEIRA (V2)
-------------	---------------



LATERAL ESQUERDA (V2)	LATERAL DIREITA (V2)
-----------------------	----------------------



VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: www.prf.gov.br/novobat/autenticar

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 11/03/2017 18:12	NÚMERO DE CONTROLE: 065CC7A8964CFBA9BC54916A04037C
---	--

SINISTRO 3170400543 - Resultado de consulta por beneficiário

fls. 28

VÍTIMA FRANCISCA MAYARA OLIVEIRA NASCIMENTO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO S/A

S/A-Filial Fortaleza-CE

BENEFICIÁRIO FRANCISCA MAYARA OLIVEIRA NASCIMENTO

CPF/CNPJ: 07006921341

Posição em 12-08-2019 16:25:35

Conforme solicitação, o pedido do Seguro DPVAT por invalidez permanente após perícia médica e análise da documentação apresentada, não foram constatadas sequelas ou agravamento da(s) sequela(s) que já foi(foram) indenizada(s). A indenização foi finalizado, permanecendo o valor pago.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
21/08/2017	R\$ 3.375,00	R\$ 0,00	R\$ 3.375,00



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Russas

1ª Vara da Comarca de Russas

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-0564, Russas-CE - E-mail: russas1@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0020917-48.2019.8.06.0158**
 Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Francisca Mayara Oliveira Nascimento**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Recebo a petição inicial, tendo em vista estarem satisfeitos os requisitos legais (art. 319 do CPC).

Deferido a gratuidade judiciária pleiteada (art. 98 do CPC).

Trata-se de **Ação de Cobrança (Seguro DPVAT)** proposta por **FRANCISCA MAYARA OLIVEIRA NASCIMENTO**, através de advogado constituído, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, todos qualificados na exordial.

O Novo Código de Processo Civil conferiu especial destaque à conciliação e mediação, impondo ao Estado o dever de promover, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos (art. 3º, § 2º), e aos juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público o dever de estimular, inclusive no curso do processo judicial, a autocomposição (art. 3º, § 3º).

A sistemática adotada pelo NCPC inclui a realização de audiência de conciliação como primeiro ato do procedimento comum (art. 334), precedendo, inclusive, a apresentação de defesa, sendo certo que o ato somente não deve se realizar se ambas as partes manifestarem desinteresse ou quando se tratar de caso em que a autocomposição não é admitida (art. 334, § 4º).

No entanto, a experiência tem demonstrado que em ações de cobrança do seguro do DPVAT, a realização de audiência de conciliação como primeiro ato processual é, na maioria dos casos, infrutífera. Isto porque, antes da perícia, as partes não têm o necessário dimensionamento das lesões do segurado e grau de invalidez, demonstrando, com isso, maior resistência em transigir. Dito isto, a meu juízo, o melhor momento para a realização de

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ****Comarca de Russas****1ª Vara da Comarca de Russas**

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-0564, Russas-CE - E-mail: russas1@tjce.jus.br

audiência conciliatória, na presente demanda, é após a perícia.

Entendo que tal posicionamento, além de maximizar as chances de solução consensual da lide, alinha-se às exigências da celeridade e economia processual, valores estes igualmente consagrados pelo NCPC (art. 4º). Saliento que, na dicção do art. 139, II, do estatuto adjetivo civil, é dever do Juiz velar pela duração razoável do processo. Ademais, o inciso VI do mesmo dispositivo faculta ao magistrado alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.

Isto posto, deixo para aprazar uma nova tentativa de conciliação após a realização da perícia.

Cite-se a parte promovida para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC), a contar da juntada aos autos do aviso de recebimento (art. 335, III, do CPC), sob pena de revelia (art. 344), devendo alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do(a) autor(a) e especificando as provas que pretende produzir (art. 336 do CPC), ficando, ainda, advertida de que serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, não impugnadas (art. 341 do CPC).

Apresentada a contestação, em havendo a arguição de matérias preliminares ou a juntada de documentos relacionados ao mérito da causa, intime-se a parte autora para, querendo, se manifestar sobre ela no prazo de 15 (quinze) dias.

Da análise da inicial, verifica-se, de logo, a necessidade de prova pericial.

As partes poderão, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação do presente despacho, caso queiram, indicar assistentes técnicos e apresentar outros quesitos além dos já constantes no formulário de exame pericial em anexo.

Diante disto, nos termos do art. 465 do CPC, nomeio a médica **LARISSA MIRANDA XAVIER VIEIRA**, cadastrada no Sistema de Peritos do TJCE (SIPER), conforme Resumo da Nomeação nº **7240**, para a realização de perícia médica na pessoa do(a) promovente **FRANCISCA MAYARA OLIVEIRA NASCIMENTO**, devendo a perita ser

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ****Comarca de Russas****1ª Vara da Comarca de Russas**

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-0564, Russas-CE - E-mail: russas1@tjce.jus.br

intimada pelo e-mail: <larissamxvieira@yahoo.com.br>, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação, da suspeição ou do impedimento supervenientes, sob pena de renúncia ao direito de escusa (art. 157, §1º, do CPC).

Havendo escusa apresentada pelo(a) perito(a) nomeado(a), nos termos do art. 157, §1º, do CPC, voltem-me os autos conclusos para as providências cabíveis à espécie.

Decorrido o prazo acima especificado, intime-se o(a) perito(a) nomeado(a), encaminhando-lhe, via e-mail acima mencionado, a **senha do processo**, possibilitando assim o exame das peças que compõem o caderno processual (petição inicial, documentos, formulário de exame pericial e os quesitos das partes, caso tenham sido apresentados), junto ao portal do TJCE: <<https://esaj.tjce.jus.br/cpopg/open.do>>, para, tendo aceitado o encargo, designar data, hora e local para o ato, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para realização da perícia e, após, o prazo de 10 (dez) dias, para o encaminhamento a este Juízo do laudo circunstanciado com respostas a todos os quesitos formulados, especificando ainda que, o pagamento dos honorários periciais será feito após a apresentação do laudo médico, nos termos da Resolução nº 04/2017, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará e das Portarias do TJCE nº 69/2019 e 602/2019.

Com a data da perícia informada nos autos, intime-se o(a) autor(a), pessoalmente, para comparecer na data, hora e local indicados, munido(a) de documento de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar porventura existentes, tais como exames e laudos médicos relativos aos danos corporais decorrentes do acidente automobilístico, para se submeter ao exame pericial, advertindo-o que a sua ausência injustificada importará em desistência da realização de tal prova.

Intimem-se, ainda, os advogados das partes e os assistentes, caso indicados, da data da perícia.

Apresentado o laudo pericial, cientifiquem-se as partes, concedendo o prazo comum de 15 (quinze) dias para manifestação.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos.

Expedientes necessários.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Russas

1ª Vara da Comarca de Russas

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-0564, Russas-CE - E-mail: russas1@tjce.jus.br

Russas, 28 de agosto de 2019.

Sâmea Freitas da Silveira de Albuquerque

Juíza de Direito, em resposta

Assinado por Certificação Digital¹

Processo Nº _____

AVALIAÇÃO PERICIAL

Art. 31 da Lei nº 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei nº 6.194 de 14/12/1997

INFORMAÇÕES DO(A) PERICIANDO(A)

Nome completo: _____

CPF: _____

Endereço completo: _____

AVALIAÇÃO MÉDICA

I) A lesão indicada pelo(a) periciando(a) apresenta nexo de causalidade com o acidente narrado na petição inicial?

() Sim () Não () Prejudicado

II) Descrever o quadro clínico informado:

a) Qual(ais) região(ões) corporal(ais) encontra(m)-se acometida(s)?

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Russas

1ª Vara da Comarca de Russas

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-0564, Russas-CE - E-mail: russas1@tjce.jus.br

b) Descrever as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico do(a) periciando(a) que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma:

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

() Sim () Não

Se sim, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame pericial, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) () Disfunções apenas temporárias

b) () Dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas no patrimônio físico do(a) periciando(a):

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento faz-se necessário exame complementar?

a) () Sim, em que prazo: _____

b) () Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou resposta afirmativa ao item V, favor NÃO PREENCHER os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei nº 11.945/2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(eis) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(ais) definitivo(s), especificando segundo o anexo constante à Lei nº 11.945/2009 o(s) segmento(s) corporal(ais) acometido(s) e ainda segundo no instrumento legal, firmar a sua graduação: _____

Só prosseguir em caso de resposta positiva:

a) () Total (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa na íntegra o patrimônio físico e/ou mental do(a) periciando(a)).

b) () Parcial (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Russas

1ª Vara da Comarca de Russas

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-0564, Russas-CE - E-mail: russas1@tjce.jus.br

patrimônio físico e/ou mental do(a) periciando(a)).

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) () Parcial completo (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal do(a) periciando(a))

b.2) () Parcial completo (dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal do(a) periciando(a))

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva do(a) periciando(a) segundo o previsto na alínea II, §1º, do art. 3º da Lei nº 6.194/74 com redação introduzida pelo art. 31 da Lei nº 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico	Marque aqui o percentual			
1ª Lesão: _____	() 10% residual	() 25% leve	() 50% média	() 25% intensa
2ª Lesão: _____	() 10% residual	() 25% leve	() 50% média	() 25% intensa
3ª Lesão: _____	() 10% residual	() 25% leve	() 50% média	() 25% intensa
4ª Lesão: _____	() 10% residual	() 25% leve	() 50% média	() 25% intensa

OBSERVAÇÃO: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios acima apresentadas:

Lesões apontadas pela parte, não reconhecidas por falta de comprovação de sua existência ou relação com o acidente:

_____, ____ de _____ de _____.

(Assinatura e carimbo da médica – CRM)

Observação: Eventuais informações complementares deverão constar de folha anexa, com referência à sua existência nesta.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0241/2019, encaminhada para publicação.

Advogado
Carlos Eduardo Celedônio (OAB 18628/CE)

Forma
D.J

Teor do ato: "Intimar a parte autora, através de seu(s) patrono(s), para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação do despacho de fls. 29/34 dos autos, caso queira, indicar assistentes técnicos e apresentar outros quesitos além dos já constantes no formulário de exame pericial anexo ao despacho, bem como intimar a parte autora, através de seu(s) patrono(s), de todo o teor do despacho de fls. 29/34 dos autos, que ora transcrevo: Recebo a petição inicial, tendo em vista estarem satisfeitos os requisitos legais (art. 319 do CPC). Deferido a gratuidade judiciária pleiteada (art. 98 do CPC). Trata-se de Ação de Cobrança (Seguro DPVAT) proposta por FRANCISCA MAYARA OLIVEIRA NASCIMENTO, através de advogado constituído, em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, todos qualificados na exordial. O Novo Código de Processo Civil conferiu especial destaque à conciliação e mediação, impondo ao Estado o dever de promover, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos (art. 3º, § 2º), e aos juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público o dever de estimular, inclusive no curso do processo judicial, a autocomposição (art. 3º, § 3º). A sistemática adotada pelo NCPC inclui a realização de audiência de conciliação como primeiro ato do procedimento comum (art. 334), precedendo, inclusive, a apresentação de defesa, sendo certo que o ato somente não deve se realizar se ambas as partes manifestarem desinteresse ou quando se tratar de caso em que a autocomposição não é admitida (art. 334, § 4º). No entanto, a experiência tem demonstrado que em ações de cobrança do seguro do DPVAT, a realização de audiência de conciliação como primeiro ato processual é, na maioria dos casos, infrutífera. Isto porque, antes da perícia, as partes não têm o necessário dimensionamento das lesões do segurado e grau de invalidez, demonstrando, com isso, maior resistência em transigir. Dito isto, a meu juízo, o melhor momento para a realização de audiência conciliatória, na presente demanda, é após a perícia. Entendo que tal posicionamento, além de maximizar as chances de solução consensual da lide, alinha-se às exigências da celeridade e economia processual, valores estes igualmente consagrados pelo NCPC (art. 4º). Saliento que, na dicção do art. 139, II, do estatuto adjetivo civil, é dever do Juiz velar pela duração razoável do processo. Ademais, o inciso VI do mesmo dispositivo faculta ao magistrado alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito. Isto posto, deixo para aprazar uma nova tentativa de conciliação após a realização da perícia. Cite-se a parte promovida para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC), a contar da juntada aos autos do aviso de recebimento (art. 335, III, do CPC), sob pena de revelia (art. 344), devendo alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do(a) autor(a) e especificando as provas que pretende produzir (art. 336 do CPC), ficando, ainda, advertida de que serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, não impugnadas (art. 341 do CPC). Apresentada a contestação, em havendo a arguição de matérias preliminares ou a juntada de documentos relacionados ao mérito da causa, intime-se a parte autora para, querendo, se manifestar sobre ela no prazo de 15 (quinze) dias. Da análise da inicial, verifica-se, de logo, a necessidade de prova pericial. As partes poderão, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação do presente despacho, caso queiram, indicar assistentes técnicos e apresentar outros quesitos além dos já constantes no formulário de exame pericial em anexo. Diante disto, nos termos do art. 465 do CPC, nomeio a médica LARISSA MIRANDA XAVIER VIEIRA, cadastrada no Sistema de Peritos do TJCE (SIPER), conforme Resumo da Nomeação nº 7240, para a realização de perícia médica na pessoa do(a) promovente FRANCISCA MAYARA OLIVEIRA NASCIMENTO, devendo a perita ser intimada pelo e-mail: <larissamxvieira@yahoo.com.br>, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação, da suspeição ou do impedimento supervenientes, sob pena de renúncia ao direito de escusa (art. 157, §1º, do CPC). Havendo escusa apresentada pelo(a) perito(a) nomeado(a), nos termos do art. 157, §1º, do CPC, voltem-me os autos conclusos para as providências cabíveis à espécie. Decorrido o prazo acima especificado, intime-se o(a) perito(a) nomeado(a), encaminhando-lhe, via e-mail acima mencionado, a senha do processo, possibilitando assim o exame das peças que compõem o caderno processual (petição inicial, documentos, formulário de exame pericial e os quesitos das partes, caso tenham sido apresentados), junto ao portal do

TJCE: <<https://esaj.tjce.jus.br/cpopg/open.do>>, para, tendo aceitado o encargo, designar data, hora e local para o ato, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para realização da perícia e, após, o prazo de 10 (dez) dias, para o encaminhamento a este Juízo do laudo circunstanciado com respostas a todos os quesitos formulados, especificando ainda que, o pagamento dos honorários periciais será feito após a apresentação do laudo médico, nos termos da Resolução nº 04/2017, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará e das Portarias do TJCE nº 69/2019 e 602/2019. Com a data da perícia informada nos autos, intime-se o(a) autor(a), pessoalmente, para comparecer na data, hora e local indicados, munido(a) de documento de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar porventura existentes, tais como exames e laudos médicos relativos aos danos corporais decorrentes do acidente automobilístico, para se submeter ao exame pericial, advertindo-o que a sua ausência injustificada importará em desistência da realização de tal prova. Intimem-se, ainda, os advogados das partes e os assistentes, caso indicados, da data da perícia. Apresentado o laudo pericial, cientifiquem-se as partes, concedendo o prazo comum de 15 (quinze) dias para manifestação. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos. Expedientes necessários."

Do que dou fé.
Russas, 23 de setembro de 2019.

Diretor(a) de Secretaria

**Nomeação para realização de perícia -Processo nº
20917-48.2019.8.06.0158/0**

COMARCA DE RUSSAS - 1ª Vara

Enviado:segunda-feira, 23 de setembro de 2019 12:48

Para: larissamxvieira@yahoo.com.br

Prezada Dra. Larissa Miranda Xavier Vieira,

Pelo presente, fica Vossa Senhoria intimada de que foi nomeada para realizar perícia médica na pessoa do(a) promovente FRANCISCA MAYARA OLIVEIRA NASCIMENTO - Processo nº 20917-48.2019.8.06.0158/0, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação, da suspeição ou do impedimento supervenientes, sob pena de renúncia ao direito de escusa (art. 157, §1º, do CPC).

Atenciosamente,

1ª Vara da Comarca de Russas

Fórum Juiz Moacir de Souza Rocha

Travessa Antônio Gonçalves Ferreira, s/nº, Guanabara

Russas-CE - CEP: 62.900-000

Tel.:(88) 3411.0564

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por OSNALBA TORRES DE ALMEIDA, liberado nos autos em 23/09/2019 às 13:21.
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0020917-48.2019.8.06.0158 e código 524D47B.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Russas

1ª Vara da Comarca de Russas

Tv. Antônio Gonçalves Ferreira, S/N, Guanabara - CEP 62900-000, Fone: (88) 3411-0564, Russas-CE - E-mail: russas1@tjce.jus.brRussas

CARTA DE CITAÇÃO

Processo nº: **0020917-48.2019.8.06.0158**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Francisca Mayara Oliveira Nascimento**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**
 Senha do processo: **Senha de acesso da pessoa selecionada**

Prezado(a) Senhor(a) **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) Dr(a). Sâmea Freitas da Silveira de Albuquerque, Juiz(a) de Direito em respondência pela 1ª Vara da Comarca de Russas, tem como finalidade a CITAÇÃO de V.Sa., por todo o conteúdo do despacho e da petição inicial, cujas cópias seguem anexas, como parte integrante desta carta, para, querendo, oferecer contestação, no prazo de quinze (15) dias (art. 335 do CPC), a contar da juntada do aviso de recebimento (art. 335, III, do CPC), sob pena de revelia (art. 344), devendo alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do(a) autor(a) e especificando as provas que pretende produzir (art. 336 do CPC), ficando, ainda, advertida de que serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, não impugnadas (art. 341 do CPC). Fica V. Sa. intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação do despacho, caso queira, indicar assistentes técnicos e apresentar outros quesitos além dos já constantes no formulário de exame pericial anexo ao despacho.

Russas/CE, 23 de setembro de 2019.

ANA FERNANDA ARAUJO BOTELHO

Supervisor de Unid. Judiciária

Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a).

Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
 Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro
 Rio De Janeiro-RJ
 CEP 20031-205

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia de origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL e depois Conferência de Documento Digital do 1º grau. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0241/2019, foi disponibilizado na página 840 do Diário da Justiça Eletrônico em 24/09/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 26/09/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado
Carlos Eduardo Celedônio (OAB 18628/CE)

Prazo em dias	Término do prazo
15	16/10/2019

Teor do ato: "Intimar a parte autora, através de seu(s) patrono(s), para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação do despacho de fls. 29/34 dos autos, caso queira, indicar assistentes técnicos e apresentar outros quesitos além dos já constantes no formulário de exame pericial anexo ao despacho, bem como intimar a parte autora, através de seu(s) patrono(s), de todo o teor do despacho de fls. 29/34 dos autos, que ora transcrevo: Recebo a petição inicial, tendo em vista estarem satisfeitos os requisitos legais (art. 319 do CPC). Deferido a gratuidade judiciária pleiteada (art. 98 do CPC). Trata-se de Ação de Cobrança (Seguro DPVAT) proposta por FRANCISCA MAYARA OLIVEIRA NASCIMENTO, através de advogado constituído, em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, todos qualificados na exordial. O Novo Código de Processo Civil conferiu especial destaque à conciliação e mediação, impondo ao Estado o dever de promover, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos (art. 3º, § 2º), e aos juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público o dever de estimular, inclusive no curso do processo judicial, a autocomposição (art. 3º, § 3º). A sistemática adotada pelo NCPC inclui a realização de audiência de conciliação como primeiro ato do procedimento comum (art. 334), precedendo, inclusive, a apresentação de defesa, sendo certo que o ato somente não deve se realizar se ambas as partes manifestarem desinteresse ou quando se tratar de caso em que a autocomposição não é admitida (art. 334, § 4º). No entanto, a experiência tem demonstrado que em ações de cobrança do seguro do DPVAT, a realização de audiência de conciliação como primeiro ato processual é, na maioria dos casos, infrutífera. Isto porque, antes da perícia, as partes não têm o necessário dimensionamento das lesões do segurado e grau de invalidez, demonstrando, com isso, maior resistência em transigir. Dito isto, a meu juízo, o melhor momento para a realização de audiência conciliatória, na presente demanda, é após a perícia. Entendo que tal posicionamento, além de maximizar as chances de solução consensual da lide, alinha-se às exigências da celeridade e economia processual, valores estes igualmente consagrados pelo NCPC (art. 4º). Saliento que, na dicção do art. 139, II, do estatuto adjetivo civil, é dever do Juiz velar pela duração razoável do processo. Ademais, o inciso VI do mesmo dispositivo faculta ao magistrado alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito. Isto posto, deixo para aprazar uma nova tentativa de conciliação após a realização da perícia. Cite-se a parte promovida para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC), a contar da juntada aos autos do aviso de recebimento (art. 335, III, do CPC), sob pena de revelia (art. 344), devendo alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do(a) autor(a) e especificando as provas que pretende produzir (art. 336 do CPC), ficando, ainda, advertida de que serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, não impugnadas (art. 341 do CPC). Apresentada a contestação, em havendo a arguição de matérias preliminares ou a juntada de documentos relacionados ao mérito da causa, intime-se a parte autora para, querendo, se manifestar sobre ela no prazo de 15 (quinze) dias. Da análise da inicial, verifica-se, de logo, a necessidade de prova pericial. As partes poderão, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação do presente despacho, caso queiram, indicar assistentes técnicos e apresentar outros quesitos além dos já constantes no formulário de exame pericial em anexo. Diante disto, nos termos do art. 465 do CPC, nomeio a médica LARISSA MIRANDA XAVIER VIEIRA, cadastrada no Sistema de Peritos do TJCE (SIPER), conforme Resumo da Nomeação nº 7240, para a realização de perícia médica na pessoa do(a) promovente FRANCISCA MAYARA OLIVEIRA NASCIMENTO, devendo a perita ser intimada pelo e-mail: <larissamxvieira@yahoo.com.br>, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação, da suspeição ou do impedimento supervenientes, sob pena de renúncia ao direito de escusa (art. 157, §1º, do CPC). Havendo escusa apresentada pelo(a) perito(a) nomeado(a), nos termos do art. 157, §1º, do CPC, voltem-me os autos conclusos para as providências cabíveis à espécie. Decorrido o prazo acima especificado,

intime-se o(a) perito(a) nomeado(a), encaminhando-lhe, via e-mail acima mencionado, a senha do processo, possibilitando assim o exame das peças que compõem o caderno processual (petição inicial, documentos, formulário de exame pericial e os quesitos das partes, caso tenham sido apresentados), junto ao portal do TJCE: <<https://esaj.tjce.jus.br/cpopg/open.do>>, para, tendo aceitado o encargo, designar data, hora e local para o ato, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para realização da perícia e, após, o prazo de 10 (dez) dias, para o encaminhamento a este Juízo do laudo circunstanciado com respostas a todos os quesitos formulados, especificando ainda que, o pagamento dos honorários periciais será feito após a apresentação do laudo médico, nos termos da Resolução nº 04/2017, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará e das Portarias do TJCE nº 69/2019 e 602/2019. Com a data da perícia informada nos autos, intime-se o(a) autor(a), pessoalmente, para comparecer na data, hora e local indicados, munido(a) de documento de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar porventura existentes, tais como exames e laudos médicos relativos aos danos corporais decorrentes do acidente automobilístico, para se submeter ao exame pericial, advertindo-o que a sua ausência injustificada importará em desistência da realização de tal prova. Intimem-se, ainda, os advogados das partes e os assistentes, caso indicados, da data da perícia. Apresentado o laudo pericial, cientifiquem-se as partes, concedendo o prazo comum de 15 (quinze) dias para manifestação. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos. Expedientes necessários."

Do que dou fé.
Russas, 25 de setembro de 2019.

Diretor(a) de Secretaria